

Questões políticas acerca da Teoria Crítica

A indústria da cultura*

João Pissarra Esteves
Universidade Nova de Lisboa

A Teoria Crítica da Sociedade permanece como uma das referências mais marcantes do pensamento social no nosso século, resultado da sua forte presença nos mais diversos domínios de estudo e, em muitos deles, por períodos de tempo invulgarmente prolongados. É o caso dos estudos da cultura e da comunicação, onde a influência da Teoria Crítica se começa a alicerçar a partir do fim dos anos 30, com alguns trabalhos pioneiros de Adorno e Horkheimer¹, e de forma mais marcante durante a década seguinte².

No trabalho que aqui apresento proponho-me traçar as fronteiras da influência da Teoria Crítica nesta área de estudos - segundo limites bastante mais extensos do geralmente reconhecido - e, ao mesmo tempo, proceder a uma avaliação crítica da “teoria das indús-

*in, *Textos de Cultura e Comunicação*, nº 33, São Salvador-Bahia, UFBa/FC, 1995.

¹T. Adorno, “Sobre el carácter fetichista en la música y la regresión de la audición”, in *Disonancias*, Madrid, Ed. Rialp, 1966, pp. 17 e sgs. (orig. 1938); M. Horkheimer, “Art and mass culture”, *Studies in Philosophy and Social Science*, vol. 9-2, 1941.

²Com a publicação do célebre texto “A indústria cultural: o Iluminismo como mistificação das massas”, in T. Adorno e M. Horkheimer, *Dialéctica do Esclarecimento*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1985 (orig. 1947).

trias da cultura” com base nos seus pressupostos políticos.

A posição em que me coloco para realizar este exercício não é a da pura exegese dos textos produzidos ou de uma avaliação estritamente imanente da consistência interna da teoria desenvolvida. Sem rejeitar este tipo de exigências - fundamentais a uma análise crítica rigorosa - a minha preocupação visa um pouco mais além: confrontar o argumento teórico não apenas com a sua lógica interna, mas também com a própria realidade da nossa experiência cultural. Deste modo, é dirigida uma interrogação muito precisa à Teoria Crítica: quanto à sua validade nas presentes condições sociais, quanto à sua adequação às formas multifacetadas do nosso universo simbólico, de uma experiência entrecidada na circulação acelerada dos bens culturais nas redes de comunicação que atravessam o nosso quotidiano.

I

Embora a designação “Teoria Crítica” dê a supor uma forte unidade, na verdade ela esconde diferentes sensibilidades e, por vezes, mesmo divergências acentuadas entre os vários autores que deram corpo a esta escola

de pensamento. Num texto com estas limitações e de acordo com o objectivo da presente reflexão, não é possível fazer aqui justiça a essa rica pluralidade de vozes que ressoam no chamado pensamento crítico; procurarei, assim, circunscrever-me ao que podemos considerar as posições dominantes, as teses consagradas que, por uma razão ou por outra, acabaram por adquirir o estatuto de versão oficial da Teoria Crítica.

Apesar de todas as diferenças que se encerram no interior desta Teoria, há um núcleo fundamental congregador de uma determinada forma de pensar e que se assume como verdadeiramente representativo: o pensamento assumido como conhecimento crítico, que se desdobra em crítica da realidade social e em crítica das ciências sociais - por contraponto ao conhecimento reificado, i.e., o conhecimento de uma realidade naturalizada, em relação à qual o homem como que perdeu a capacidade de pensar (pensar, imaginar ou recriar a realidade do mundo e da vida de forma diversa daquela que existe).

O problema da reificação constitui-se como preocupação científica a partir de uma reflexão sobre o processo de racionalização social³, vindo mais tarde a alimentar um vasto corpo de investigações sobre o problema da ideologia. Num primeiro momento, a reificação surge associada às formas sensíveis da experiência, directamente dependente de um potencial concreto da ra-

³O tratamento sistemático do problema da reificação fica a dever-se a Luckács, através do estudo de diferentes formas concretas da vida burguesa (em particular, a arte) e da ideologia, por ele definida como “falsa consciência” e equacionada em termos hegelianos como “totalidade” - cf. G. Luckács, *History and class consciousness*, London, Merlin, 1971 (orig. 1923).

zão, com uma forma socialmente operativa e empiricamente apreensível⁴. A partir deste ponto, a Teoria Crítica acabaria por conduzir a noção de reificação num percurso filosófico-especulativo que, progressivamente, fez perder de vista um programa coerente de pesquisa empírica. Com Horkheimer, em particular, e as suas teses do fim da razão, a reificação acaba por se ver reduzida a uma categoria essencialmente abstracta⁵.

É a partir desta deriva, que me parece emblemática da Teoria Crítica, que acaba por se consolidar o seu verdadeiro fundamento político. A discussão que aqui proponho deste fundamento político passa, em primeiro lugar, por uma análise sumária de alguns temas centrais do pensamento social: os processos de integração social e de socialização, os mecanismos fundamentais destes mesmos processos e as possibilidades de contestação social (a resistência à lógica hegemónica de funcionalização generalizada do conjunto da vida social).

Este conjunto de temas constitui, na forma como é equacionado pela Teoria Crítica, uma directa imanação da abordagem abstracta e especulativa do problema da reificação; por outro lado, a formulação destes temas dá uma forte visibilidade aos pressupostos políticos da Teoria; e ainda, este mesmos te-

⁴A reificação corresponde a uma relação particular realidade-pensamento, quando estas duas entidades não se posicionam entre si de uma forma determinista (cf. a vulgata marxista), mas como um “quadro total”, no interior do qual se define e situa a generalidade dos conflitos sociais - cf. P. Ricoeur, *Ideologia y utopia*, Barcelona, Gedisa, 1989, p. 300 (orig. 1986).

⁵M. Horkheimer, “The end of reason”, in A. Arato e E. Gebhardt (org.s), *The essential Frankfurt School reader*, Oxford, Basil Blackwell, 1978, pp. 26 e sgs. (orig. 1941).

mas fornecem-nos uma leitura compreensiva bastante precisa da questão da cultura e da comunicação, a que voltarei com mais pormenor adiante.

A visão pevalecente na Teoria Crítica sobre os processos de integração social e de socialização é profundamente pessimista, ao considerar estes processos sociais básicos, em termos globais, como uma forma de violência social, através da qual é concretizada a submissão dos indivíduos.⁶ Embora o fundamento político que sustenta esta posição radical seja diferente conforme se trate dos defensores da tese do capitalismo de Estado⁷ ou dos defensores da tese do capitalismo monopolista⁸, no essencial, porém, subsiste um

⁶Uma “racionalização” e “integração” de todas as relações humanas na sociedade de troca plenamente desenvolvida”, segundo uma lógica estrita de poder, exercida por exemplo pela família, que exige do conjunto dos membros da sociedade não apenas a obediência, mas incute mesmo em cada indivíduo o desejo de obediência - cf. T. Adorno e M. Horkheimer, *Temas básicos de sociologia*, S. Paulo, Cultrix, 1978, p. 138 (orig. 1956).

⁷Entre os defensores da tese do capitalismo de Estado encontram-se Horkheimer e Pollock, os quais a partir da experiência de Weimar e da subsequente constituição do Estado autoritário profetizam que a organização social (a socialização e a integração social) tinha passado a pautar-se por uma dominação integralmente administrativa e de controlo centralizado (os princípios capitalistas haviam-se restringido a aspectos de ordem puramente fomal) - cf. F. Pollock, “State capitalism: its possibilities and limitations”, in A. Arato e E. Gebhardt (org.), op. cit., pp. 71 e sgs.

⁸Para os defensores da tese do capitalismo monopolista, a grande diferença em relação aos anteriores está na determinação do centro do poder, considerando eles que esta posição continua a pertencer ao mercado. Mas no essencial, a sua visão política da sociedade é convergente: os processos de integração social e de socialização determinados pela lógica da dominação e pelos dispositivos da violência, numa sociedade profundamente marcada pelo totalitarismo

acordo profundo: a integração social equacionada segundo uma visão unilateral, exclusivamente em termos de violência e dominação.

Em termos políticos, isto significa o total descrédito na democracia tal como ela se veio a concretizar no chamado Mundo Ocidental e, de forma ainda mais radical, o descrédito na própria modernidade e na Razão.

A investigação levada a cabo pelo Institut für Sozialforschung será profundamente marcada por este apriorismo político e tem como resultados mais preocupantes os seguintes: primeiro, a progressiva diluição da investigação sobre os processos sociais concretos e um desprezo cada vez mais acentuado pelo trabalho empírico de análise, segundo, deste tipo de investigação, aquela que ainda subsiste (muito esporádica e irregular) é marcada por graves distorções que levam a uma sistemática visão unificadora da experiência - uma profunda insensibilidade para com todos os aspectos da realidade social que contrariam a posição teórica (e os pressupostos políticos) pré-estabelecida. Na análise dos diferentes mecanismos socializadores e de integração social, estas limitações são bem evidentes, como acontece, por exemplo, a propósito da família, a qual é reduzida a uma mera extensão dos sistemas funcionais, com a única função de garantir uma submissão isenta de conflito e a perfeita

e pela intolerância. Tudo se resume, afinal, a uma corroboração do radicalismo político, que nesta versão é só ligeiramente temperado por uma visão um pouco mais complexa dos processos sociais básicos, mas que não vai muito além de uma tentativa de explicação do totalitarismo com base na “imposição” de um compromisso político essencial (de inspiração social-democrata) - cf. O. Kircheimer, “Changes in the structure of political compromise”, in A. Arato e E. Gebhardt (org.), op. cit., pp. 49 e sgs.

moldagem das energias pulsionais dos seus membros ⁹.

A par dos mecanismos de socialização e de integração social convencionais, entre os autores da Teoria Crítica desde muito cedo esteve patente uma atenção particular para com as novas instâncias de socialização e de integração social, sem que com isso, contudo, a sua posição de fundo tenha sofrido qualquer alteração. Pelo contrário, estes novos mecanismos vêm corroborar de uma forma ainda mais contundente, se assim se pode dizer, a tese fundamental: eles são apresentados como extensões perfeitas da dominação social, através dos quais tem lugar a submissão das consciências individuais e a reificação das relações sociais - por maioria de razão, pois, ao contrário dos mecanismos tradicionais que tiveram de sofrer uma refuncionalização, estes são uma imanação directa da própria dominação social (racional) instituída.

II

De entre as novas instâncias de socialização sobressaem a comunicação e a cultura de massa, merecendo a sua análise particular atenção por parte da Teoria Crítica. Sob o título “indústrias da cultura” e de acordo com a lógica global da Teoria antes referida,

⁹A importante crítica desenvolvida ao positivismo sociológico, que considerava a família em termos naturalistas (auto-suficiente, com um desenvolvimento próprio e imanente), na linha da tradição romântico-restauracionista do idelismo alemão, acaba por pecar por um profundo simplismo: o carácter social da família é reconhecido mas numa perspectiva puramente mecanicista - a família apenas como instrumento social, medium de imposição da autoridade, de acordo com as exigências dos sistemas funcionais. cf. T. Adorno e M. Horkheimer, op. cit., p. 139.

o fenómeno cultural nas sociedades desenvolvidas é encarado como uma expressão do totalitarismo que predomina no conjunto da sociedade e a sua análise é articulada, basicamente, a partir da categoria da manipulação ¹⁰.

Contra as posições mais moderadas, por exemplo de Benjamin e de Brecht que encararam com algum entusiasmo os novos meios tecnológicos de produção da cultura (nomeadamente a fotografia, o cinema e a rádio ¹¹), a tese sobre o fenómeno cultural que faz vencimento e que irá vincular a Teoria Crítica é da responsabilidade de Adorno e de Horkheimer, os quais no seu célebre artigo sobre as indústrias da cultura sustentam um ataque muito violento a todas estas novas formas de expressão cultural, considerando-as irremediavelmente em oposição ao conteúdo da experiência estética (da “arte autêntica”), cumprindo um efeito essencial de des-sublimação, esvaziadas de conteúdos racionais e apenas comprometidas com as estratégias de manipulação comandadas pela lógica monopolista, que ditaria assim as suas regras não apenas ao mercado mas, também, à organização da vida social no seu conjunto¹².

¹⁰A manipulação exercida pela comunicação e pela cultura de massa é assumida pelos teóricos críticos como denúncia tanto do fascismo como do capitalismo monopolista, constituindo assim um argumento complementar à tese que sustenta existir uma espécie de continuidade natural entre estas duas formas socio-políticas - cf. P. Slater, *Origem e significado da Escola de Frankfurt*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 177 (orig. 1976).

¹¹Cf. W. Benjamin, “The work of art in the age of mechanical reproduction”, in J. Curran et al. (org.), *Mass communication and society*, London, Edward Arnold, 1982, pp. 384-408 (orig. 1955); B. Brecht, “Radio as a means of communication”, *Screen*, vol. 20-3/4, 1979-80, pp. pp. 24-28

¹²“Cada um é um modelo da gigantesca maquina-

A teoria da indústria da cultura constitui um caso exemplar da Dialéctica Negativa - espécie de filosofia negativa da história, com a qual Adorno e Horkheimer sustentam uma tese que lhes é particularmente cara: o mito é já esclarecimento e a razão acaba sempre por regressar à mitologia.¹³ Esta tese é explanada de modo exaustivo num outro texto célebre, “Ulisses ou mito e esclarecimento”, e serve depois como uma espécie de guia espiritual de todo o trabalho desenvolvido pela Teoria Crítica a partir do fim dos anos 40. A análise da “Odisseia” de Homero é apresentada por estes autores como uma configuração exemplar da modernidade, onde se encontram profundamente entretecidos o mito e a razão, revelando também todo o barbarismo que se esconde na própria modernidade: o barbarismo patente nos desenvolvimentos históricos que prosseguiu a nossa modernidade, a partir da ideia de progresso ilimitado da razão que acaba por reconduzir ao mito¹⁴.

ria económica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho (...) inevitavelmente, cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria no seu todo” - T. Adorno e M. Horkheimer, *Dialéctica...*, op. cit., pp. 119.

¹³“Do mesmo modo que os mitos já levam a cabo o esclarecimento, assim também o esclarecimento fica cada vez mais enredado, a cada passo que dá, na mitologia”; e é com base nesta tese fundamental que a Teoria Crítica estabelece o seu diagnóstico apocalíptico da situação presente: “o mundo totalmente esclarecido que resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal” - *Ibid.*, pp. 19 e 26.

¹⁴O triunfo do espírito humano que a Odisseia dá a ver na vida de Ulisses - na competência do marinheiro astuto e destemido, que se sobrepõe à legitimidade do herói enquanto rei e que possibilita a sua salvação - consagra a razão como meio de formação do ego e do processo de individuação, mas de um modo profundamente ambivalente: à razão encontram-se também

Esta suposta repressão mitologizante da razão no plano cultural é, na perspectiva da Teoria Crítica, testemunhada pelas referidas indústrias da cultura, que conduzem à sistemática degradação e desvalorização da linguagem e do pensamento individual. Seria assim o próprio percurso da razão a conduzir a uma regressão ideológico-mítica do esclarecimento; facto que, do ponto de vista de Adorno e Horkheimer assume, por sua vez, uma forte conotação política: a regressão mítica da razão no plano cultural equivale, em última instância, a uma denegação da forma de vida democrática - com um público constituído por receptores passivos e apáticos, com produtos culturais sem qualquer autonomia própria (apenas se destinam a responder às expectativas das audiências) e sem capacidade de pôr em causa as normas de pensamento ou os padrões de inteligibilidade constituídos.¹⁵ Como Adorno veio a expli-

associadas as práticas de auto-negação, de repressão de si e de sublimação dos instintos, que não são mais, afinal, senão uma regressão arcaizante à prática irracional do sacrifício. Na epopia do herói está representada uma espécie de “proto-história da subjectividade”: a hostilidade do eu ao sacrifício comporta já um sacrifício do próprio eu e nesse instante em que “o homem elide a consciência de si mesmo como natureza, todos os fins para os quais ele se mantém vivo - o progresso social, o aumento das suas forças materiais e espirituais, até mesmo a própria consciência - tornam-se nulos, e a entronização do meio como fim assume no capitalismo tardio o carácter de um manifesto desvario- *Ibid.*, pp. 60-1.

¹⁵O conteúdo político subjacente à crítica das indústrias da cultura pode ser assim sintetizado: “a indústria da cultura oblitera as distinções e não permite produzir ou sancionar seja o que for que de algum modo difira das suas próprias regras, das suas próprias ideias sobre os consumidores ou sobre a própria cultura. Torna qualquer um o mesmo, colapsando a pluralidade e a individualidade as quais transforma em unidade, uniformidade e anonimato, através da des-

citar de uma forma clara, a refutação crítica da indústria da cultura representa, também, uma recusa do modelo democrático que lhe está subjacente - a democracia de massa das sociedades ocidentais, de que somos directos herdeiros; sem que esta posição possa, no entanto, ser considerada como uma recusa liminar da própria democracia, pois como o próprio afirma, a indústria da cultura “impede o desenvolvimento de indivíduos autónomos e independentes que ajuizam e decidem conscientemente por si próprios, no entanto, esta deveria ser a pré-condição de uma sociedade democrática que precisa de adultos que atinjam o estado de maioridade para se autossatisfazerem e se desenvolverem”¹⁶.

III

Por mais que estas teses da dialéctica negativa se afigurem hoje estranhas e todo o catastrofismo que lhes está subjacente nos possa parecer despropositado, haverá que ter em conta a influência profunda e duradoura da Teoria Crítica no pensamento social durante todo o nosso século. Apenas no que diz respeito à questão da cultura e da comunicação, podemos descortinar esta poderosa influência muito para além do núcleo constituinte da Teoria Crítica e por um período de tempo que transcende largamente o período de vida activa desta escola de pensamento.

truição em vez da promoção das distinções e das diferenças que a democracia necessariamente pressupõe” - C. Rocco, “The politics of critical theory: argument, structure, critique in Dialectic of Enlightenment”, *Philosophy and Social Criticism*, vol. 21-2, 1995, p. 118.

¹⁶T. Adorno, “The culture industry reconsidered”, in J. C. Alexander e S. Seidman (org.), *Culture and society - contemporary debates*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990 p. 281 (orig. 1975).

No círculo da própria Escola de Frankfurt, autores tão diferentes como Fromm, Marcuse e, mais recentemente, Habermas recorreram em momentos precisos e com um relevo significativo no âmbito global do seu trabalho a esta teoria da cultura. O primeiro numa crítica da publicidade, da cultura de massa no seu conjunto e da manipulação política em particular, considerando estarmos perante o declínio do indivíduo e a falência inevitável do pensamento crítico na vida social; mais tarde e a partir destes mesmos pressupostos, Fromm desenvolve uma contundente crítica à actividade do lazer, sublinhando o seu carácter passivo e enquanto objecto de manipulação¹⁷. Marcuse, por seu lado, dá conta da emergência dos mass media como agentes de socialização predominantes (a que corresponde um declínio da família) e considera a comunicação e a cultura de massa “novas formas de controlo social”, geradoras de “falsas necessidades” e de um pensamento unidimensional, factores essenciais à reprodução do capitalismo desenvolvido.¹⁸ O próprio Habermas, que acabaria por consolidar a sua posição intelectual na segunda metade do nosso século através de uma reconsideração profunda da original Teoria Crítica, no seu primeiro trabalho de grande dimensão manifesta ainda uma extrema fidelidade às teses adornianas sobre a cultura, ao associar estreitamente o declínio do espaço público à emergência dos mass media e das indústrias da cultura.¹⁹

¹⁷E. Fromm, *Escape from freedom*, N. York, 1941, pp. 128 e sgs.; *The sane society*, N. York, 1955.

¹⁸Cf. H. Marcuse, *Eros et civilisation*, Paris, Minuit, 1963, p. 89 (orig. 1955); *L’homme unidimensionnel*, Paris, Minuit, 1968, pp. 36-7 (orig. 1964).

¹⁹J. Habermas, *L’espace publique*, Paris, Payot, 1978, pp. 167-75 (orig. 1962).

Mas a influência desta crítica fez-se sentir muito para além do próprio círculo mais alargado da Teoria Crítica. Em particular nos EUA isso é evidente - resultado do exílio de Adorno e Horkheimer neste país, refugiados à ofensiva nazi na Europa. Lazarsfeld, que viria a revelar-se um dos mais destacados opositores de Adorno²⁰, foi o primeiro a identificar claramente a “pesquisa crítica da comunicação” e a defender a sua pertinência num programa geral de investigação²¹. Com um percurso inverso, Mills, depois de num primeiro momento (até aos anos 50) ter revelado mais simpatia pela “pesquisa administrativa”, veio a assumir depois posições cada vez mais radicais: denuncia o efeito de manipulação dos mass media no condicio-

²⁰Sobre o desenvolvimento da Communication Research e a oposição entre Lazarsfeld e Adorno, ver: T. Gitlin, “Media sociology: the dominant paradigm”, *Theory and Society*, vol.6-2, 1978, pp. 205-53.

²¹Define a pesquisa crítica como aquela que requer, “prioritariamente e a par de qualquer outro propósito particular servido, o estudo do papel geral dos media de comunicação no actual sistema social”, considerando-a ao mesmo tempo indispensável e complementar da “pesquisa administrativa- Cf. P. Lazarsfeld, “Remarks on administrative and critical research”, *Studies in Philosophy and Social Science*, vol. 9-1, 1941, p. 9. Pontualmente e sobretudo no início da sua carreira, as pesquisas do próprio Lazarsfeld revelavam um marcado cunho crítico. Por exemplo, num determinado trabalho sobre a rádio refere a determinado passo que “na América, presentemente, a rádio é feita para vender mercadorias”, obedece a um efeito comercial, em virtude do qual não existem, na rádio, “tendências funestas” ou nada “que seja tão polémico que provoque críticas sociais”, em nome do supremo objectivo mercantil de atingir “uma audiência o mais vasta possível”, a rádio alimenta “os preconceitos do público (...) evita a especialização (...) os temas controversos [e revela] uma forte tendência conservadora em relação às questões sociais- P. Lazarsfeld, *Radio and the printed page*, N. York, Duell, Sloane and Pearce, 1940, p. 332.

namento dos comportamentos individuais e na instauração de um clima geral de conformismo (definido pelos valores da classe média), bem como na formação de uma pseudo-opinião pública e na consolidação do poder das elites dominantes²².

Ainda nos EUA há a referir os casos paradigmáticos da influência da Teoria Crítica nos estudos sobre a cultura desenvolvidos por Gouldner - autor que assumiu convictamente a sua estreita colaboração com a primeira geração da Teoria Crítica e enalteceu a influência que dela recolheu²³ - e por Riesman, este através de uma colaboração mais estreita com Erich Fromm.²⁴

O rasto desta influência percorre essencialmente o plano teórico, mas também ao nível das pesquisas empíricas a Teoria Crítica

²²C. W. Mills, *A nova classe média*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 350 e sgs. (orig. 1951); *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 363 e sgs. (orig. 1956). A influência crescente da Teoria Crítica no pensamento de Mills levaria o próprio autor a tecer um rasgado elogio às figuras de Adorno e Horkheimer (e à publicação editada pelo Institut of Social Research, *Studies in Philosophy and Social Sciences*), considerando que a sua partida dos Estados Unidos deixou aí um lugar vazio no pensamento social e abriu caminho à hegemonia nefasta dos “alto estatísticos” e dos “grã teóricos- C. W. Mills, “IBM + realidade + humanismo = sociologia”, in *Poder, política, pueblo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1981, pp. 440 e sgs. (orig. 1963).

²³A. W. Gouldner, *La dialéctica de la ideología y la tecnología*, Madrid, Alianza, 1978, p.46 (orig. 1976).

²⁴Neste caso, porém, uma influência que não é isenta de mal entendidos: ao convite de Riesman para colaborar no célebre trabalho colectivo *The lonely crowd*, Adorno dá a sua recusa, que mais tarde justificaria por considerar Riesman um vulgar popularizador das suas ideias e das de Horkheimer - cf. M. Jay, “The Frankfurt School in exile”, in *Perspectives in American Story*, vol. VI, Cambridge, 1972, p. 368 (a partir de uma carta de Adorno a Lowenthal, de 22 de Setembro de 1955).

deixou por todo o nosso século a sua marca indelével - neste caso, resultado sobretudo do labor de Adorno e Lowenthal, os quais (e ao contrário de Horkheimer e Marcuse, por exemplo) a par da teoria das indústrias da cultura desenvolveram um trabalho de pesquisa de campo mais ou menos sistemático sobre os próprios produtos culturais. Desta vertente da Teoria Crítica, os testemunhos mais significativos serão, porventura, “How to look at television”, de Adorno, e “Historical perspectives of popular culture”, de Lowenthal; trabalhos através dos quais a influência da Teoria Crítica acabou por chegar a muitos investigadores, como Gerbner (auxiliar de Adorno na referida pesquisa sobre a televisão e a quem este prestou homenagem e agradecimento por altura da primeira publicação do trabalho), Dallas Smythe, Herbert Schiller, Erik Barnouw, Rosenberg (co-responsável pela primeira grande antologia sobre a cultura de massa)²⁵, Macdonald e Enzensberger, entre outros.

²⁵Considero, portanto, que não só a Teoria Crítica no seu conjunto (e a crítica das indústrias da cultura em particular) tem subjacente um pensamento político, mas também que é ao nível deste pensamento político que se situam algumas das mais significativas limitações desta proposta teórica. Como refere Rocco, o quadro político imanente da Teoria Crítica é fixado tanto no plano do argumento explícito da própria teoria (dos textos produzidos) como no plano, mais imperceptível, da estrutura formal dos próprios textos. Parece-me também ser verdade que a relação entre estes dois planos está longe de ser linear, havendo mesmo fortes indícios de uma tensão e de ambivalências profundas entre os dois. O que não parece já aceitável é a tentativa deste autor de proceder à reabilitação política da Teoria Crítica exclusivamente a partir dos elementos formais da teoria (com base no texto de referência, *Dialektik der Aufklärung*), ignorando simultaneamente os argumentos substantivos (ou, ainda menos aceitável, procedendo à revisão dos argumentos políticos apresentados a par-

IV

O relevo da Teoria Crítica no pensamento social do nosso século fica a dever-se, sem dúvida, a esta extraordinária capacidade de influência sobre muitos autores e Escolas, por um período de tempo prolongado e em todos os mais importantes centros de trabalho intelectual. Mas não menos importante, sobretudo a partir dos anos 60, é também o seu papel como foco de polémica, ponto de referência obrigatório de praticamente todos os grandes debates da teoria social, nomeadamente, a propósito da comunicação e da cultura nos nossos dias.

A discussão da posição assumida pelos teóricos de Frankfurt sobre a questão cultural desenvolve-se hoje em múltiplas vertentes, todas elas, porém, convergindo de um modo geral no reconhecimento de algumas limitações mais ou menos fundamentais. Nesta linha e na lógica prosseguida ao longo desta reflexão, procurarei de seguida identificar algumas dessas limitações, nomeadamente aquelas que decorrem do quadro político subjacente à Teoria Crítica.

A primeira (e talvez mais fundamental) resulta do que poderemos chamar um equívoco histórico. A teoria das indústrias da cultura é elaborada numa época muito particular, os anos 40, quando estas mesmas indústrias se apresentam numa praticamente total dependência quer do poder político (consequência da II Grande Guerra), quer do sistema comercial capitalista - realidades que Adorno e Horkheimer bem conheceram, entre a sua fuga da Alemanha e o exílio nos EUA, e que terão pesado de forma esmagadora na sua consciência. O erro político deste equívoco

tir do "estilo" da sua apresentação). Sobre o assunto, ver: C. Rocco, *op.cit.*, pp.107 e sgs.

histórico está no facto de a teoria elaborada suspender, por assim dizer, essa marca epocal e apresentar-se de uma forma transhistórica ou ahistórica - correspondendo aliás a uma secreta hostilidade de Adorno para com a história, hoje em dia perfeitamente reconhecida por muitos analistas.

Esta limitação apresenta-se hoje em dia de forma tanto mais flagrante quanto as profundas mudanças que nos últimos anos se registaram no quadro das chamadas indústrias da cultura, em particular a partir dos anos 60, com a explosão de uma enorme diferenciação, de múltiplas ambivalências e contradições nas formas e nos conteúdos dos bens culturais gerados ou postos a circular pelos media.²⁶

A segunda limitação política da teoria das indústrias da cultura refere-se à economia política dos media - questão tratada com grande superficialidade pela Teoria Crítica. A dependência dos media tecnológicos, das

²⁶A homogeneização e o amorfismo da massa, que Adorno e Horkheimer dão como factos indiscutíveis e inevitáveis da indústria da cultura, surgem-nos no presente quadro histórico e social de uma forma muito mais problemática: os mais recentes desenvolvimentos exigem-nos "uma teoria crítica mais subtil, que analise, avalie e diferencie os produtos e as funções sociais dos novos media (tais como a televisão por cabo, os videogravedores domésticos) e o conteúdo em transformação dos media dominantes. Hoje em dia não há verdadeiramente um centro natural da sociedade dos media, assim como também não existe nenhuma ideologia ou forma de vida unitária e homogénea vinculada pelos media. Pelo contrário, existem diversas alternativas radicais presentes no espectáculo da indústria da cultura, novidades e contradições suficientemente capazes de pulverizar a hegemonia ideológica que é agora um resultado muito mais frágil da indústria da cultura, e a teoria crítica da cultural actual deve estar atenta a este fenómeno- D. Kellner, "Critical Theory and the culture industries: a reassessment", *Telos*, nº 42, 1985, p. 203.

indústrias da cultura, da comunicação e da cultura de massa em geral dos dois grandes media funcionais de troca das sociedades desenvolvidas - o dinheiro e o poder - não esgota todas as potencialidades contidas neste tipo de bens simbólicos. A par de uma mais ou menos profunda marca homogeneizante, o universo simbólico das nossas sociedades contém também os vestígios contraditórios de uma cultura autónoma - uma cultura moderna, em larga medida irredutível aos imperativos sociais gerados pelas outras esferas de validade da vida social (a economia, a política, etc.): com os seus momentos de desejo ambivalentes, articulações complexas de esperança e de ansiedade, formas utópicas de rebeldia e de resistência. Em suma, uma cultura irredutível à estrita lógica da economia política, que deve afinal a sua existência, em primeiro lugar e acima de tudo, à sua profunda vinculação ao universo simbólico da experiência de um Mundo da Vida racionalizado também no plano cultural.

O equívoco político dos autores de Frankfurt a este nível parece ficar tanto a dever-se a um certo desconhecimento dos desenvolvimentos registados no mundo das indústrias da cultura (alguns, mais recentes, que eles próprios nem chegaram a conhecer, outros que eles simplesmente ignoraram), como a uma atitude apriorística (e pouco reflectida) de rejeição de todas estas novas formas de cultura. Assim, em última instância, eles vêem-se inibidos de levar a cabo um conhecimento mais específico e pormenorizado dos bens culturais, das suas características intrínsecas e das condições sociais concretas da sua existência. As paixões estéticas de Adorno, que ele erige em "arte autêntica" - nomeadamente em termos musicais (Schonberg), literários e dramaturgi-

cos (Kafka e Beckett) - e a nostalgia de uma carreira musical precocemente abandonada em Viena nos anos 20 marcaram talvez mais que tudo o resto a Teoria Crítica da cultura. Como o próprio Adorno chegou a confessar, “cada vez que vou ao cinema, saio de lá pior e mais estúpido do que entrei, apesar de toda a minha vigilância ²⁷”; e perante este estado de espírito, esta relação tão temperamental e emotiva com os novos produtos culturais, não é possível encontrar as condições apropriadas para uma reflexão serena e um trabalho de análise conduzido de forma rigorosa em termos científicos.

Por último, a forma como a realidade da massa é conceptualizada conduz a um equívoco político fundamental no que diz respeito à prática de recepção dos bens culturais. A este nível e de forma algo injusta face às muitas virtualidades contidas no trabalho desenvolvido pela Teoria Crítica, haverá que reconhecer que as teses defendidas por este tipo de crítica das indústrias da cultura se situam num nível muito primário de análise dos efeitos dos mass media, ao considerarem a acto de recepção puramente individual e sem qualquer grau de autonomia por parte dos receptores - afinal, uma versão típica da teoria hipodérmica dos efeitos da comunicação. Mais que nunca, hoje em dia esta tese apresenta-se inaceitável tendo em conta a experiência cultural de um debate vivo e das discussões intensas em torno dos media, que dão a ver um espaço de comunicação profundamente agonístico, onde se confrontam não apenas experiências simbólicas divergentes ao nível da recepção dos bens culturais, como também ao nível dos

usos e utilizações dos media (mobilizadoras de formas originais de sociabilidade e de agregação dos indivíduos). Estas novas experiências de produção e recepção dos bens culturais estão associadas não apenas aos novos media emergentes - as redes informáticas às mais variadas escalas, as novas tecnologias da televisão (satélite, cabo, programação individual), a radiodifusão directa, etc. - como também aos media electrónicos convencionais, que são objecto das mais variadas reapropriações simbólicas originais e imprevisíveis por parte dos indivíduos (na imprensa, na fotografia, no cinema, etc.).

²⁷T. Adorno, *Mínima moral*, Paris, Payot, 1991, p. 22.